

05 JUL 1991

Sexta-feira, 5/7/91

Congresso Nacional

JORNAL DE BRASÍLIA

POLÍTICA

CORRADI DERNALSTUZE

HAROLDO HOLLANDA

## Perduram as apreensões

Parlamentares de diversos partidos continuam expressando suas preocupações com os recentes acontecimentos que puseram o Congresso em confronto direto com os militares. O deputado Amaral Neto, ex-líder do PDS, diz que votou a favor da Medida Provisória 296, porque entendia que se assim não procedesse estaria investindo não contra o Governo, do qual continua divergindo, mas contra as aspirações de uma classe, a dos servidores públicos. Temia também, confessa ele, pela crise institucional, que acabou por suceder, pondo em confronto o que chama de poderes da República, representados pelo Executivo, Legislativo e a força militar.

Para ficar completo, só falta mesmo o Judiciário, frisa o representante do PDS. Acha que os militares tinham de responsabilizar o Congresso pela decisão tomada, uma vez que o resultado da votação não deixa dúvidas a respeito. Fez as contas e observou que quatro quintos dos deputados votaram pela rejeição da Medida Provisória 296. Na sua opinião, o presidente Collor não dispõe de base parlamentar, uma vez que não admite a participação dos políticos no seu Governo. Afirma que o senador Jarbas Passarinho é ministro, apesar de ser do PDS.

Foi feito ministro, não por vontade do seu partido, mas por uma decisão pessoal do presidente da República. No seu entender, enquanto não houver uma discussão entre os políticos e o presidente Collor, envolvendo a participação dos partidos no Governo, perdurará precária a situação política governamental no Congresso. Lembra que o Governo perdeu cinco vetos no Congresso e só não perdeu mais porque foi salvo pelo Senado. "Mas até quando o Senado permanecerá sendo a muleta do governo?", se pergunta Amaral Neto.

Já o senador Affonso Camargo Neto, líder do PTB, considerou a nota dos três militares um retrocesso político. E dá a respeito as suas razões: acha que um dos aspectos positivos do atual Governo foi que o presidente Collor jamais permitiu que os militares se imiscuissem em discussões de natureza política. Na sua avaliação pessoal, com a nota dos três ministros militares abriu-se grande precedente para manifestações posteriores da mesma natureza. Para o líder do PTB, se a curto prazo o pronunciamento militar foi ruim para o Congresso, a médio prazo também o será para o presidente da República.

JORNAL DE BRASÍLIA